

**Dolo no crime  
de lavagem de  
dinheiro**

**Jennifer Falk  
Badaró**

Copyright © 2018, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2018, Jennifer Falk Badaró.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa, projeto gráfico**  
*Letícia Robini*

**Diagramação**  
*Enzo Zaqueu Prates*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

BADARÓ, Jennifer Falk.

Dolo no crime de lavagem de dinheiro -- Belo Horizonte: Editora  
D'Plácido, 2018.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-982-3

1. Direito 2. Direito Penal. I. Título.

CDU342

CDD341.5

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
**Rodapé**



# Sumário

<b>PREFÁCIO</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>I. TEORIAS CLÁSSICAS DO DOLO</b>	<b>19</b>
1.1. O <i>dolus indirectus</i>	22
1.2. Teorias da vontade	24
1.3. Teorias cognitivas	27
1.3.1. Teoria da representação	27
1.3.2. Teoria da probabilidade	30
1.3.3. Teoria da possibilidade	34
<b>2. TEORIAS ATUAIS DE DISTINÇÃO ENTRE DOLO E CULPA</b>	<b>35</b>
2.1. Atuais teorias volitivas	35
2.1.1. Teoria da indiferença	36
2.1.2. Teoria do consentimento ou aprovação	38
2.1.3. Teoria da evitação	40
2.1.4. Teoria de “levar a sério o perigo”	42
2.1.5. Teoria da decisão contrária ao bem jurídico	45
2.1.6. Outras teorias volitivas	48
2.2. Atuais teorias cognitivas	50
2.2.1. Teorias da probabilidade	51
2.2.1.1. A teoria de Ingeborg Puppe	53
2.2.1.2. A teoria de Günther Jakobs	57
2.2.2. Teorias da possibilidade	61

2.2.3. Outras teorias cognitivas.....	62
2.3. Teorias acumulativas.....	65
2.3.1 A teoria de Gabriel Pérez Barberá.....	66
2.4. Teorias voltadas à prova do dolo.....	75
2.5. <i>Recklessness</i> .....	83
2.6. Cegueira deliberada.....	84
<b>3. O DOLO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO.....</b>	<b>89</b>
3.1. Evolução do tratamento jurídico-penal do dolo no Brasil.....	89
3.1.1. Dos antecedentes legais do Código Penal de 1940.....	89
3.1.2. O dolo no Código Penal de 1940.....	93
3.1.3. O dolo na Reforma da Parte Geral de 1984.....	94
3.1.4. O dolo no Projeto de Código Penal – PLS 236/2012.....	99
3.2. Posição adotada.....	101
3.3. Análise da compatibilidade da teoria normativa da vontade com o Direito Penal Brasileiro.....	107
<b>4. O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO.....</b>	<b>109</b>
4.1. Conceito e importância do controle da lavagem de dinheiro.....	110
4.2 Bem jurídico tutelado na lavagem de dinheiro.....	115
4.2.1. A proteção subsidiária a bens jurídicos.....	115
4.2.2. O bem jurídico tutelado na lavagem de dinheiro.....	117
4.3. Evolução do tratamento jurídico-penal da lavagem de dinheiro no Brasil.....	121
4.4. Política criminal de controle da lavagem de dinheiro e a imposição de deveres de vigilância no âmbito financeiro bancário: o estabelecimento de um modelo penal preventivo.....	127
4.4.1. Deveres no controle da lavagem de dinheiro no sistema financeiro bancário.....	131
4.4.1.1. Dever de identificação dos clientes, de manutenção dos registros das transações financeiras e de adoção e políticas internas de <i>compliance</i> .....	131
4.4.1.2. Dever de comunicação de operações financeiras suspeitas.....	136
4.4.2. Consequências jurídico-administrativas da violação dos deveres de vigilância no combate à lavagem de dinheiro.....	142

4.5. Análise quanto à possibilidade de responsabilização penal pela prática de lavagem de dinheiro por omissão imprópria, a partir do descumprimento dos deveres administrativos impostos pela Lei 9.613/98, no âmbito financeiro bancário.....	143
4.5.1. Omissão imprópria e o dever de garante .....	143
4.5.1.1. Distinção entre crimes omissivos próprios e crimes omissivos impróprios .....	144
4.5.1.2. Os elementos do tipo nos crimes omissivos impróprios.....	145
4.5.2. Análise crítica quanto à responsabilidade penal pelo descumprimento dos deveres de vigilância referentes à lavagem de dinheiro.....	152
4.5.3. Da delegação da posição de garantidor nas instituições financeiras bancárias e a responsabilização criminal por lavagem de dinheiro .....	158

## **5. O DOLO NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO ..165**

5.1. Crítica quanto a uma visão tradicional do dolo na lavagem de dinheiro .....	166
5.2. O dolo no crime de lavagem de dinheiro na Lei 9.613/98 .....	169
5.2.1. Artigo 1º, <i>caput</i> .....	170
5.2.2. Artigo 1º, § 1º, incisos I, II e III .....	179
5.2.3. Artigo 1º, § 2º, inciso I .....	185
5.2.4. Artigo 1º, § 2º, inciso II .....	187
5.2.5. Dolo e os operadores financeiros bancários .....	190
5.3. Dolo e a cegueira deliberada .....	192
5.4. Da ausência de tipificação da conduta culposa da lavagem de dinheiro no ordenamento jurídico nacional.....	196
5.4.1. A tipificação da conduta culposa da lavagem de dinheiro no ordenamento jurídico espanhol.....	196
5.4.2. A culpa e os sujeitos obrigados .....	201
5.4.3. Críticas à possibilidade de tipificação da modalidade culposa do crime de lavagem de dinheiro no Brasil .....	203

## **CONCLUSÃO .....209**

## **BIBLIOGRAFIA.....211**